



conape

notícias



Ano 4 | Nº 20
Setembro e Outubro | 2014

"Pela liberdade, assim como pela honra,
pode-se e deve-se arriscar a vida"
(Dom Quixote, Miguel Cervantes)

Informativo da Associação Nacional dos Anistiados da Petrobrás | conape.org.br | 21 2262-2945 | 0800 095 9249

35 anos da Lei de Anistia

>> Págs. 2, 3 e 7

UNE - União Nacional dos Estudantes

Petróleo

Petrobrás bate recorde de produção de 2,23 milhões de barris. >> p.6

Direitos Humanos

Inaugurado busto do ex-deputado federal Rubens Paiva. >> p.8

Língua Portuguesa

Senado media debates sobre o novo acordo ortográfico. >> p.4

Trabalho

O engº Roberto Coimbra fala do péssimo ambiente na ditadura. >> p.7

Auditora-fiscal, Maria Lúcia Fattorelli, propõe bases para uma reforma fiscal.

6º Encontro de Mulheres e Pensionistas de Anistiados



26 novembro | 2014 | na Conape



ACT define reajuste salarial aos anistiados e pensionistas. >> p.8

Opinião

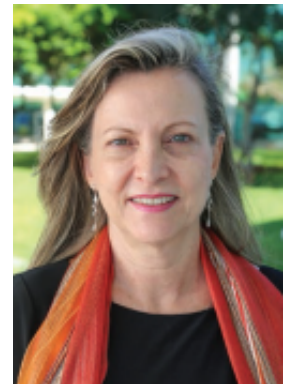
Uma República oscilante, um artigo de Newton Menezes. >> p.2

Direitos

Anistia Internacional repudia morte de adolescentes. >> p.7

Não haveria Nuremberg com Hitler, artigo do advogado Marcelo Cerqueira. >> p.2

Comissão da Verdade apresentará relatório final em 10 de dezembro. >> p.4



Confira na pág.7

Importante saber

E a Petrobrás pós-eleições?

A Petrobrás, uma das maiores empresas petrolíferas do mundo, orgulho do povo brasileiro, foi um dos grandes objetos dos debates acirrados nessas Eleições 2014. Em todas a Petrobrás sempre foi tema, pré e pós-eleições.

Passadas as votações caberá a todos nós ficarmos atentos se os diversos problemas elencados, como os escândalos envolvendo a empresa, gestão como um todo (inclusive no

respeito aos direitos dos petroleiros da ativa, aposentados, anistiados e pensionistas), serão jogados para debaixo do tapete ou terão consequência positiva, para o futuro soberano do Brasil no setor petróleo e energético como um todo?

Em sua edição pós-eleições, a revista Exame trouxe alguns pontos que fizeram da Petrobrás um tema bastante debatido pelos candidatos à presidência da República.

A petroleira, por exemplo, sofreu um revés em seus negócios nos últimos anos e, para especialistas consultados por exame.com, são várias as razões que podem explicar isso.

Um dos principais pontos ressaltados pelos especialistas é a dívida líquida. Nos últimos quatro anos, a dívida líquida da Petrobrás cresceu quase 300%, de acordo com dados da Economatica. Passou de 61 bilhões de reais para 241 bilhões de re-

ais até junho de 2014. O caixa, por sua vez, não avançou na mesma proporção e cresceu menos de 20% no mesmo período.

Pré-sal é outro tema destacado. Em 2006, a Petrobrás anunciou a descoberta de Tupi, atual campo de Lula, na Bacia de Santos, que concentra grande quantidade de petróleo abaixo da camada de sal. No dia 1º de maio de 2009, a estatal deu início à produção do pré-sal de fato. •



Newton Menezes *

Uma República oscilante

De retardo e precipitações constituímos o presente. Lentos, fomos o último a abolir a escravatura – miserável bem de nossa economia –, apesar de, por trás dos panos, a princesa Isabel a proteger quilombos como o das Camélias no remoto Lemblon (Eduardo Silva, Cia. Das Letras, 2003). Depois amigos e correligionários golpearam o inteligente e bonachão Pedro II. Patriótico, exigiu ser sepultado sob terras brasileiras. Moribundo, do exílio em Portugal mandou buscá-las em solo de sua nascerça, seria o leito de seu descanso.

Assim rasgou-se o Império e remendou-se a República. Conta-se que pela causa sangue derramou-se. Um bêbado dormia num regime e acordara em outro. Incauto, como de hábito, saúda o rei. Na tentativa de impedir a infâmia, um zeloso soldado com a espada lhe feriu a orelha. E gotejou sobre a calçada um fio simbólico...

As chamadas reformas de base,

também um pretexto para o militarismo, ainda se arrastam em soluções capengas. Somos um tanto conservadores. Temerosos de mudanças, o novo não nos agrada. Principalmente quando significa a quebra da aristocracia de poder, qualquer que seja. Na verdade as causas populares têm pouca representatividade, a não ser pela galhofa e posterior cooptação. Como atitude de desmerecimento escolhemos e vez por outra aparece até animal no lugar de gente (vide Cacarco e outros). Uma revolta significativa: há quem na fuga de sua real função chega ao Congresso como figuras estranhas e zombeteiras.

É a nossa República segue num caminho oscilante. Parlamentares que se xingam e discutem mas não legislam o suficiente. Ato de um parlamentarismo sem sê-lo. Uma grande constituição com princípios a carecer de regularização. A lembrança do Pangloss de Voltaire é oportuna: E vai

tudo bem no melhor dos mundos...

Diante das contradições, um fato merecedor de destaque: o nosso processo eleitoral. Longe dos erros positivos e manipulações do passado, dos longos dias de contagem das cédulas de candidatos e que eram depositadas em urnas fragilíssimas e volantes substituíveis, hoje, em seus lugares temos um sistema único e exemplar. Não satisfeito com a avançada urna eletrônica, o TSE já testa a biométrica. Coisa que o democrático (sic) primeiro mundo não tem.

Terminada as eleições, seus excessos e “desconstruções”, ganhamos no sentimento da democracia: a liberdade de escolher. Ambos, derrotado e eleito, pregam a união e o bem do país. Resta saber se assim tudo vai acontecer, pois faltou no eleito a humildade do cumprimento que recebeu do derrotado. À Presidente Dilma, como disse Frei Betto, “cabe o desafio de governar melhor do que já fez e

tentar resgatar o que lhe imprimiu tanta credibilidade”. Afinal a votação de Aécio teve uma forte adesão. Portanto a exigência tornou-se muito maior e agora é de todos.

Em tempo:

O positivismo é fato histórico. Na Rua Benjamin Constant, o seu primeiro templo no Brasil, símbolo de memoráveis lutas, está aos pedaços com o teto ruindo e tudo de importância que no interior existe. A continuidade do serviço de restauração faz muito tempo foi abandonada. Só uma placa que prometia fazê-la em 30 dias, da Secretaria de Obras e da Cultura, resiste ironicamente. Participaram da criação da República em lugar do Império. A inscrição na bandeira nacional lhes pertence. É oriunda do lema “o amor por princípio e a ordem por base, o progresso por fim”. Dói assistir aquele descaso, a memória da história brasileira a ser destruída e desmerecida. •

* *Conselheiro da Conape.*

Não haveria Nuremberg com Hitler

Marcello Cerqueira*

O país sabe que agentes do Estado prenderam, cassaram, sequestraram, torturaram, mataram e “desapareceram” com adversários do regime, da resistência armada ou não. O Poder Militar (ainda hoje autônomo em função de uma transição incompleta e consentida), embora não possa mais negar os crimes dos seus agentes, escudase na lei nº 6.683/79, que teria concedido a anistia possível àquela altura.

Naturalmente, a questão da anistia “recíproca” ocupa lugar de relevo na discussão. E ela tem duas faces que, por diferentes caminhos, se encontraram em 1979.

De um lado, a abertura “lenta, gradual e segura” (de alguma forma ainda em vigor), formulada no consulado do general Geisel, iria naturalmente desaguar na reforma partidária, pois um futuro confronto eleitoral MDB versus Arena seria resolvido com uma acachapante derrota para a ditadura. No projeto Geisel, algum tipo de anistia, adiante, teria de ser concedida. A modificação da Lei de Segurança

Nacional, lei 6.620 de 17/12/78, que revogava o decreto-lei 898/69, diminuía a pena dos já condenados pela Justiça Militar e apontava rumos.

A anistia deveria ser concedida para que os entes políticos que se encontravam exilados e cassados pudessem voltar, recuperar direitos políticos e organizar novos partidos, quebrando a lógica da disputa eleitoral

binária. Já no derradeiro con-

A anistia deveria ser concedida para que os entes políticos que se encontravam exilados e cassados pudessem voltar, recuperar os seus direitos

ditadura, o governo envia o incrível projeto que cassava o MDB e abria caminho para a reforma partidária.

Do lado das forças democráticas, cresciam as oposições no reclamo de uma anistia que fosse “ampla, geral e irrestrita”. Não foi.

Não se faria Nuremberg com Hitler no poder.

Por isso é que os chamados “crime de sangue” não foram anistiados pela citada lei 6.683/79, que expressamente os excluiu no §2º do art. 1º da referida lei: “Excetuam-se dos benefícios da anistia os

que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.”

Assim, não foram libertados com a Lei de Anistia aqueles condenados pelo que se convencionou chamar de “crimes de sangue”, cujas defesas se valeram da modificação introduzida na lei que então os condenara (DL 898/69) pela lei 6.620, de 17/12/78, que diminuía a

pena dos já condenados pela Justiça Militar, como acima já referido.

Dessa forma, com a boa vontade do general Tasso Fragoso, então ministro do Superior Tribunal Militar sorteado para examinar os pedidos de adequação das penas à nova lei, acabaram por serem afinal libertados.

Mas não em virtude da Lei de Anistia de 79, repita-se. Inútil acobertarem-se nas leis de anistia posteriores, pois estas apenas alargaram os efeitos civis daquela.

E nem se acoitarem na Arguição

de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 153 (pendente de embargos de declaração), que afirmou a constitucionalidade da Lei de Anistia (6.683/69), pois a decisão reitera, também e principalmente, que não foram anistiados os “crimes de sangue”.

A propósito do Judiciário, agora tão apreciado pelos torcionários, não custa lembrar que a ditadura militar cassou e suspendeu direitos políticos de membros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Federal de Recursos, de desembargadores e juizes de Direito, cujas decisões que contrariavam o regime não foram cumpridas.

Entretanto, a História está a reclamar uma solução que encerre esse ciclo tenebroso em que viveu o país. Os agentes do Estado devem responder por seus crimes.

Mancha o soldado e humilha a Nação qualquer contemplação com tais criminosos. •

* *Marcello Cerqueira é advogado*

Fonte: O Globo - 4/10/14.

35 anos da Lei de Anistia

“Não era essa a anistia que queríamos nem a que queremos”, afirma ex-presos político.

Em entrevista à Agência Adital, em 12/9, que a seguir resumimos, o ex-presos político e professor Valter Pinheiro (foto), integrante do Comitê pela Memória, Verdade e Justiça do Ceará, falou sobre os 35 anos da Lei de Anistia, instituída pela ditadura militar, sem discussão com a sociedade.

Pinheiro foi um dos muitos que militaram pela retomada da democracia durante o regime de exceção, sendo sequestrado por duas vezes pelos militares e torturado na propriedade conhecida como “Casa dos Horrores”, na cidade de Maranguape (Estado do Ceará). “É privada, mas seus primeiros proprietários eram simpatizantes do Golpe Militar. Inclusive, cederam parte do terreno da fazenda para uma unidade do Exército”.

Para ele, é urgente e fundamental a necessidade de revisão e punição dos autores das violações aos direitos básicos da população, no período ditatorial (1964-1985).

A Adital lembrou que a Lei de Anistia foi promulgada em 28 de agosto de 1979 pelo presidente João Batista Figueiredo, após ampla mobilização social, ainda du-

rante o regime militar. Por meio dela foi concedida anistia aos ativistas políticos (ou eleitorais), que tiveram seus direitos políticos cassados, mas também aos servidores da Administração Pública direta e indireta, inclusive aos próprios militares que protagonizaram atos de sequestro, homicídios e tortura, dentre outras violações.

35 anos depois, a Lei ainda é controversa no país. Nos últimos anos, principalmente com o debate que se iniciou após a instalação de Comissões da Verdade para apurar os eventos do período ditatorial, setores intelectuais, dos movimentos sociais e dos trabalhadores querem a revisão dessa legislação. A Adital ponderou: “Torturadores, seus mandantes e ex-ditadores devem permanecer anistiados ou devem pagar pelos crimes cometidos? Crimes de lesa-humanidade não prescrevem, ou seja, não têm prazo para julgamento. Haveria no Brasil ambiente político para avançar nessa questão?”

Em resposta à Adital, Valter Pinheiro, disse: “Essa Lei de Anistia foi uma imposição fascista dos militares que estavam no poder. A Lei,

por ela, os torturadores também foram anistiados, com o que nós discordamos radicalmente. Falo em meu nome e em nome do Comitê pela Memória, Verdade e Justiça do Ceará. A avaliação que fazemos é que não era essa anistia que queríamos nem a que queremos”.

O professor sublinhou, também, que a Lei de Anistia foi aprovada pelo regime militar sem discussão com a sociedade. “Os militares já trouxeram o projeto e não houve um amplo debate com as diversas forças políticas, organizações e, portanto, foi uma imposição”. Para Pinheiro, a lei continua um desafio, para que seja revisada, ou seja, anistia para os ex-presos políticos e punição para os torturadores, seus mandantes e cúmplices.

A Adital ponderou que há uma argumentação jurídica em torno da possibilidade ou não de se fazer essa revisão. O professor avaliou que tal argumentação jurídica pela revisão “se baseia — inclusive em todos os fóruns internacionais de direitos humanos — no fato de que se considera a tortura um crime de lesa-humanidade. Esses crimes de tortura não prescreveram nem vão



Adital

prescrever”.

Ele defende uma ampla mobilização, um amplo debate nacional no sentido de que haja uma revisão na Lei de Anistia. “E que se exija que os criminosos, que cometeram crimes contra a humanidade, no caso os torturadores e o que resta de seus mandantes, que sejam punidos”.

Sobre a democracia brasileira, o professor Pinheiro acredita que “há muito que se fazer para que haja democracia neste país, inclusive no que se refere à perseguição aos trabalhadores — aos trabalhadores conscientes, que estão na luta pela construção de uma nova sociedade. As torturas continuam. As torturas estão aí nos presídios, mesmo contra presos comuns”. (Confira a entrevista integral no sítio da Conape – conape.org.br) •



Conexão >> <http://www.conape.org.br/index.php/2012-04-18-12-57-11/2012-05-03-14-32-28/outras-noticias/380-35-anos-da-lei-de-anistia>

Dia 26/11: 6º Encontro de Mulheres e Pensionistas de Anistiados



A Conape realizará, em 26/11/2014, às 10h, o seu 6º Encontro de Mulheres e Pensionistas de Anistiados, na sede da entidade no Centro do Rio de Janeiro.

Além das discussões de temas de interesses específicos, o encontro terá um momento de confraternização com o tradicional “Amigo Oculto”, para celebrar o final de 2014 e dar boas-vindas a 2015.

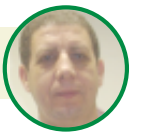
O evento será coordenado pelas diretoras Idinéa Nicacio da Silva, Marly Gomes de Andrade e Ina Soares Lutterbach, com o suporte das funcionárias da Conape. •

Às 10h, na sede da Conape, Centro do Rio

Pedro Dallari avalia como negativa a recusa das Forças Armadas em reconhecer a tortura em dependências militares

O coordenador da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Pedro Dallari, avaliou como negativo o fato de as conclusões das sindicâncias feitas, à pedido da CNV, sobre o uso de instalações do Exército, Marinha e Aeronáutica como locais de tortura e outras graves violações de direitos humanos, não admitirem tais práticas, ignorando decisões da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, que, anteriormente à CNV, já atestaram o uso desses locais para prisões ilegais, tortura, mortes, desaparecimentos

forçados e ocultação de cadáveres. “O resultado das sindicâncias foi decepcionante”, afirmou Dallari, pois as Forças Armadas não reconheceram algo que o governo norte-americano já havia atestado à época mesma das violações: “Em irônica coincidência, os relatórios das sindicâncias foram divulgados na mesma semana em que o Presidente Barack Obama nos enviou documentos do Estado norte-americano – cartas, mensagens e telegramas da embaixada dos EUA no Brasil, dos anos 60 e 70 – informando sobre a prática de tortura no nosso país”. •



Novo acordo ortográfico (I)

Em 21/10, na Comissão de Educação e Cultura (CE), do Senado, o gramático Evanildo Bechara, membro da Academia Brasileira de Letras, defendeu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, enquanto Ernani Pimentel, presidente do Centro de Estudos da Língua Portuguesa, cobrou maior simplificação gramati-

cal. Pimentel lidera movimento para adoção de critério fonético, ou seja, a escrita das palavras orientada pela forma como se fala. Por esse critério, chave seria escrita com x ("xave"), sem preocupação com a origem das palavras. "O ensino baseado na etimologia, na pseudoetimologia, é dos séculos que se foram", disse Pimentel.



Para a ABL, o argumento de Pimentel de que apenas 20% da população pode ser considerada plenamente alfabetizada "não é verdade absoluta, nem será dessa forma basicamente amadora que se irá resolver o problema. O trato dessa matéria exige seriedade, como tem feito a ABL, na liderança do processo."

Formas de privatizar a Petrobrás

O diretor do Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos (Ilaese), Nazareno Godeiro, em artigo publicado no Aepet Notícias (outubro/2014), selecionou cinco formas de privatização da Petrobrás, a maioria foi posta em prática e outras estão em curso. Estas ideias, Godeiro também apresentou no VII Congresso da Federação Nacional dos Pe-

troleiro (FNP), em 2013. Em síntese, são elas: 1.Privatização da Petrobrás pela venda de ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque; 2.A realizações de leilões de petróleo pela ANP; 3.Terceirização da mão de obra; 4.Desinvestimento da Petrobrás; e 5.Endividamento generalizado da petrolífera brasileira. Confira em conape.org.br o artigo "As cinco faces da privatização da Petrobrás".

Direitos humanos

Balanço da CNV (I)

Comissão Nacional da Verdade (CNV) anunciou, em 23/10, que está concentrada na redação do relatório final, que será entregue no dia 10 de dezembro à presidente da República. Enquanto a CNV já está na fase final de sua apuração sobre as graves violações de direi-

tos humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988, com especial atenção para o período da ditadura militar (1964 a 1985) e já redige o relatório final, o coordenador da CNV, Pedro Dallari, aproveitou a sua participação, em 22/10, na 22ª Conferência Nacional dos Advogados, no Rio de Janeiro.

Balanço da CNV (III)

Dallari destacou (aos advogados do Rio) que o primeiro objetivo da CNV, investigar, buscar a verdade e promover a memória dos fatos ocorridos durante o período investigado foi alcançado. Para ele, o trabalho da imprensa foi fundamental para que essas informações che-

gassem à sociedade antes mesmo da entrega do relatório. Fez questão de lembrar que, diferente dos outros países sul-americanos onde houve ditadura, no Brasil não foram registradas em março e abril deste ano manifestações de comemoração dos 50 anos do golpe militar dignas de nota.

Novo acordo ortográfico (II)

Bechara, porém, considera que a simplificação fonética, "aparentemente ideal", resultaria em mais problemas que soluções, pois extinguiria palavras que têm o mesmo som, mas com escrita e significados diferentes. Como exemplo, ele cita as palavras seção, sessão e cessão, que ficariam reduzidas a uma só gra-

fia — sessão. O presidente da CE, senador Cyro Miranda, explicou que a intenção não é alterar o acordo, uma vez que esse papel cabe ao Executivo, em entendimento com os demais países signatários. A vice-presidente da CE, senadora Ana Amélia, ressaltou que o papel da comissão é mediar a discussão, e não promover mudanças.

Novo acordo ortográfico (III)

No editorial do Jornal de Letras (setembro/2014), a Academia Brasileira de Letras (ABL) considerou totalmente desproporcional o movimento encabeçado por Ernani Pimentel, "procurando levar o Senado da República a adiar indefinidamente a en-

trada em vigor do Acordo Ortográfico de Simplificação da Língua Portuguesa". Para a ABL, Pimentel usa argumentos frágeis. "Suas razões são tão absurdas que ele defende a mudança da nossa grade curricular, para que se diminua o número de horas em que se ensina ortografia."

Crise no setor energético

O Clube de Engenharia enviou, em documento, diversas propostas para o setor energético brasileiro aos candidatos à presidência da República. O texto destaca que a transformação do setor energético em um modelo mercantil contribui para o aumento das tarifas. A partir de 2012, a energia elétrica, por exemplo, reajustou seus preços em 80%, penalizando os con-

sumidores residenciais. A indústria também sofreu com um aumento de 130% nos preços. O documento lista uma série de eventos, como "apagões", estouros de bueiros, entre outros tantos. "A energia elétrica não é uma simples commodity como se imaginou no modelo mercantil, mas é insumo essencial para o funcionamento do nosso modo de vida, em todos os seus aspectos."

Balanço da CNV (II)

Dallari aproveitou a Conferência dos Advogados (participou do painel "Golpe de 64 e seus reflexos"), para fazer uma avaliação sobre os (no seu dizer) positivos trabalhos de dois anos de investigações da CNV, e citou como exemplo do sucesso das sete diligências realizadas nas bases militares listadas no relatório

preliminar da CNV sobre tortura em instalações das Forças Armadas, publicado em fevereiro deste ano, dentre as quais destacou a última delas, realizada no último dia 21, na Base Naval de Ilha das Flores em São Gonçalo (RJ). Mas para o bem da reconciliação nacional, ele defende que as FFAA reconheçam as graves violações cometidas.

Prisão e tortura na Ilha das Flores

Dez ex-presos políticos e um ex-soldado do corpo de fuzileiros navais da Marinha reconheceram locais de prisão e tortura na Base Naval de Ilha das Flores, no município de São Gonçalo (RJ), durante diligência realizada pela Comissão Nacional da Verdade e pela Comissão da Verda-

de do Rio. Na base funcionou, entre 1969 e 1971, um presídio mantido pela Marinha. Antes do uso do local como prisão pela ditadura militar, funcionou no mesmo edifício do antigo presídio, entre 1907 e 1966, a Hospedaria dos Imigrantes. O local também abrigou prisioneiros de guerra na I e II Guerra Mundiais.

Fontes: Jornal do Senado, Jornal de Letras (ABL - Academia Brasileira de Letras), Aepet Notícias, Jornal do Clube de Engenharia, Comissão Nacional da Verdade.

Aloisio Simões: na Reduc, ajudou a livrar lideranças de petroleiros de serem presos pela ditadura militar

Como muito destacou em diversos momentos da entrevista, ele se dava bem com todo mundo na Reduc/Petrobrás, dos sindicalistas aos dirigentes da refinaria, num dos períodos mais negros do país. Com acesso privilegiado aos gabinetes, o anistiado e motorista Aloisio Simões, conseguia descobrir as manobras dos militares e livrava as lideranças da prisão.

O anistiado Aloisio Simões nasceu em 19 de fevereiro de 1932, no bairro da Penha, Zona Norte no Rio de Janeiro, portanto, “carioca da gema”. Caminhoneiro desde a juventude, Simões, em 1962, foi contratado pela Refinaria Duque de Caxias (Reduc), sendo lotado no Setor de Transportes. Inaugurada em 1961, com apenas seis unidades e 13 km², a Reduc estava em fase avançada de construção quando Aloisio foi contratado. Antes da Petrobrás, ele foi motorista da Coca-Cola, onde fez amizade com Wilson Marinho Conde, que também foi motorista da multinacional de refrigerantes e depois foi ser Inspetor de Transportes da Reduc.

Numa oportunidade, em 1962, Aloisio foi fazer uma entrega da Coca-Cola, na Reduc. Ele viu seu ex-colega de Coca-Cola, Wilson Conde, na refinaria e dirigiu-se a ele. Após conversarem, Conde incentivou o Aloisio a se candidatar para trabalhar na refinaria. “Eu dirigia desde o Aterro do Flamengo ao Mercado São Sebastião, na Penha”, disse Aloisio sobre sua experiência antes de ingressar na Reduc.

Um parêntese. Hoje aos 82, Aloisio mora no bairro de Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio, numa aprazível rua, bem arborizada. Ele e sua esposa Dilma, receberam (carinhosamente) o conselheiro da Conape, Newton Menezes; o gerente administrativo da entidade, Armindo Miguel Filho; e o jornalista José Carlos Moutinho. Muito simpático e sorridente, ele esforçou-se bastante para driblar as falhas de memória, durante a entrevista ao Conape Notícias. No entanto, respondia todas as perguntas com muita simpatia e satisfação. Por várias vezes enfatizou como fez muitas amizades na Reduc, das quais se destaca Wilson Conde, muitas vezes citado. “Eu me dava bem como todo mundo”, reforçava em diversos momentos.

Voltando ao assunto contratação de Aloisio pela Reduc. “O Conde

olhou para mim e disse: ‘o que você está fazendo aqui [Reduc, em Duque de Caxias]? [...] Você não quer trabalhar aqui?’. Aloisio respondeu positivamente. “Aí ele chamou o Chefe dos Transportes, o Iedo Brun. Depois fiz uma prova e fui aprovado para trabalhar na Reduc, em 1962”.

Disse que deu muito duro na Reduc, pois a refinaria estava em construção, o que exigia o transporte de muitos materiais de construção, pedras, entulhos, entre outros. Menezes lembrou que o Setor de Transportes chegou a pertencer ao Departamento Serviços Gerais, que posteriormente foi chefiado por Abelardo Rosa Santos, anistiado e o atual presidente da Conape.

Aloisio lembrou da sua aproximação com o Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias, e que passou

“Eu era o único que sabia onde o Kleber estava escondido, pois era o único que levava comida, café, documentos para ele lá no ‘Inferninho’ [um depósito nos fundos da Reduc]”

a colaborar como motorista do sindicato, em horas vagas. Sublinhou, também, que foi muito próximo dos petroleiros e sindicalistas Aristélio Travassos [Contabilidade da Reduc] e Kleber Batista de Souza [Operação], ou “Kleber Papagaio”, assim apelidado pelos companheiros em função de ele ter sido muito falante.

O fato dele se dar bem com todo mundo, como sempre ressaltava, contribuiu muito para ajudar os companheiros num dos momentos mais negros vividos pelos petroleiros na Reduc, a partir de 1964 com a ditadura militar. Os militares estavam perseguindo todos os ativistas e Aloisio contribuiu para proteger, por exemplo, o Kleber Papagaio. “Eu era o único que sabia onde o Kleber estava escondido, pois era o único que levava comida, café, documentos para ele lá no ‘Inferninho’ [um depósito de materiais velhos, num lugar ermo da Reduc]”.

Aloisio sublinhou que o Wilson Conde não se dava bem com os petroleiros ativistas, pois era um inte-

gralista. No entanto, “tinha comigo uma amizade como se fosse de pai para filho. Ele era muito mais velho do que eu. [...] Nunca me denunciou, embora tenha denunciado outros”.

Além do Kleber, o Aloisio conseguiu levar Aristélio e sua família para a casa de um amigo deste último. Também disse ter levado comida, entre outras coisas, para o Aristélio.

Após ser descoberta sua proximidade com as lideranças de petroleiros, em 1964, Aloisio foi demitido da Petrobrás. Ele disse que demorou a ser descoberto pela ditadura, como colaborador dos sindicalistas, pois trabalhava em regime de turno, tendo pouca visibilidade para os apoiadores do regime.

Um “espião” do bem

O gerente administrativo da Conape, Armindo Filho, teve convivência preterita com Aloisio Simões, quando este frequentava regularmente a Conape.

Armindo lembrou que Aloisio trabalhou diretamente no gabinete de um coronel, na Petrobrás, e prestava atenção quando o militar falava ao telefone. Assim, Aloisio conseguia captar informações importantes e repassá-las para as lideranças, como Aristélio e Kleber Papagaio, escondidos nos fundos da Reduc (ou no “inferninho”, como nomeavam). Aloisio foi como um “espião” da resistência à ditadura.

Lembrou que numa determinada oportunidade, Aloisio descobriu que o militar soube sobre um dos esconderijos do Kleber e tinha dado ordem de ir buscá-lo. Imediatamente Aloisio dirigiu uma Pick-Up e foi avisar o Kleber para deixar o local. “No entardecer daquele dia, Aloisio pediu ao Kleber para pegar tudo que tinha, pois os militares estavam indo prendê-lo. Fizeram rapidamente uma trouxa de roupas necessárias e jogaram pela janela, em direção ao Aloisio, que a colocou no Jeep”.



Disse que foi tudo muito rápido, por pouco Kleber e sua família seriam presos. Por poucos minutos foram salvos pelo Aloisio. Quando este retirava Kleber e seus familiares num Jeep, minutos depois chegou uma viatura com militares, que arrombaram a casa, mas não havia mais ninguém para prender. Eles observavam, a poucos metros de distância, o movimento dos militares.

Após os militares terem abandonado o local, Aloisio levou Kleber Papagaio e família para um novo local. Assim fazia nosso entrevistado quando trabalhava no Setor de Transportes da Reduc, ou seja, ficava sempre atento às manobras dos militares para prender os sindicalistas e avisava, rapidamente, estes últimos. Com isto conseguiu livrá-los da prisão, entre outras consequências com a ditadura. Para o novo esconderijo, Aloisio conseguiu levar outras lideranças, entre eles José de Sá Cavalcanti.

Armindo destacou que Aloisio era um frequentador assíduo da Conape. “Ele vinha aqui quase que semanalmente. Ele foi suplente de conselheiro e vinha muito aqui, até um dia ele sofreu um acidente grave (que quase tirou sua vida) numa esteira ergométrica. [...] Esse acidente prejudicou a memória dele. Se eles [os fisioterapeutas] não tivessem uma clínica médica no local, não teriam tido tempo de salvar Aloisio”.

Newton Menezes lembrou de um fato curioso (e trágico) na vida de Kleber Papagaio. “O Kleber teve uma contradição. Por ele ser muito falante, e foi chamado de Papagaio, acabou tendo um câncer de laringe, e emudeceu”. Kleber faleceu em 15/01/2013. Em outra oportunidade, na década de 1960, Kleber salvou Aloisio numa explosão ocorrida na Reduc. •



Petrobrás tem novo recorde

Em 15/10, a Petrobrás anunciou mais um recorde de produção de petróleo no Brasil, no mês de setembro. Segundo a empresa, foi produzida uma média de 2,23 milhões de barris de óleo no país, em setembro, incluindo os campos operados pela estatal para seus parceiros. O volume é 0,3% maior do que o de agosto, que já havia sido recorde. O resultado foi motivado, principalmente, pelo aumento da produção das plataformas P-55 e P-62, no campo de Roncador - Bacia de Campos -, e Cidade de Paraty, no campo de Lula Nordeste - Bacia de Santos. Cinco novos poços de produção marítima iniciaram operações nas duas bacias.

No fundo oceânico

Uma quantidade de petróleo equivalente a cerca de dois milhões de barris, libertada pelo derrame da BP no Golfo do México, em 2010, está no fundo oceânico, pelas estimativas de um estudo divulgado em 27/10. O destino de dois milhões dos cerca de cinco milhões que foram derramados tinha permanecido um mistério até agora, apontaram os autores do estudo, publicado pelos Anais da Academia Nacional [dos EUA] de Ciências. Os investigadores analisaram amostras colhidas em mais de 500 locais em torno do poço Macondo, onde o petróleo foi derramado, e apuraram que se tinha disseminado extensamente. O petróleo espalhou-se por uma área de 3200 quilômetros quadrados, a partir do ponto de fuga, mas é admitido que pode ter chegado a locais ainda mais distantes.

Kuwait e o campo parado

Uma autoridade do Kuwait disse, em 26/10, que o campo de petróleo Khafji, administrado em conjunto com a Arábia Saudita, foi desligado por motivos "puramente técnicos e não políticos", informou a agência estatal de notícias Kuna. A produção de petróleo do campo de Khafji tinha sido interrompida temporariamente para cumprir regras ambientais, segundo uma fonte da indústria e uma carta interna vista pela Agência de Notícias Reuters. Mas o encerramento do campo, que tem uma produção de 280 mil a 300 mil barris por dia, reavivou especulações de novas tensões entre os dois países. O subsecretário do Ministério das Relações Exteriores do Kuwait, Khaled al-Jarallah, disse que as relações entre os dois países são fortes demais para serem afetadas por discrepâncias sobre questões de produção de petróleo do campo.

(Com agências de notícias)

O engenheiro Roberto Coimbra fala do péssimo ambiente que viveu na Petrobrás durante a ditadura militar

Conforme citamos em *Conape Notícias* 19 (jul-ago/2014), na página 5, apresentamos a seguir um resumo do relato do ex-superintendente da Reduc, o engenheiro Roberto Ribeiro Coimbra (foto), um dos empregados com cargo de chefia da Petrobrás que sofreu constrangimentos com a ditadura militar.

O engenheiro Roberto Ribeiro Coimbra, profissional de alta competência, destacou ao *Conape Notícias* que o seu depoimento tem a finalidade de relembrar alguns eventos que ele viveu a partir do regime militar implantado em 1964, resultando no seu desligamento da Petrobrás. A exemplo do seu amigo Mozart Gutterres, demonstrou como a ditadura instalou na petroleira um clima persecutório e autoritário contra os petroleiros dos mais diversos níveis hierárquicos. Coimbra sublinhou que a Petrobrás vivia num "terrível ambiente".

No período de 1962 a 1964, ele chefiou o Departamento de Engenharia da Refinaria Duque de Caxias (Reduc), foi subchefe responsável pela organização, implantação e supervisão do Grupo de Construção do Terminal de Tramandaí e do Oleoduto Canoas-Tramandaí (Tedut), no Rio Grande do Sul, e superintendente da Reduc.

Destacou que no Tedut foi desenvolvido um trabalho, pioneiro e de bom padrão técnico.

Em abril de 1964, foi convocado pelo Assistente da Presidência da Petrobrás, General Arthur Levy, para uma reunião, na qual foi convidado para assumir a direção da obra da Refap, em função da saída do engenheiro Fernando Ribeiro, por imposição dos militares golpistas. Coimbra recusou a proposta. Alegou que não seria uma pessoa da confiança do regime para tal tarefa.

O Marechal Adhemar de Queiroz, então presidente da Petrobrás, não se conformou com a recusa e afirmou taxativamente que a designação era uma ordem. "Segundo ele eu era um soldado da Petrobrás, e como tal, tinha que cumprir meu dever e assumir o cargo. Sendo uma ordem tive que acata-la". Mas Coimbra impôs uma condição: não ser envolvido em investigações relativas a atividades políticas, pois sua atuação na Superintendência seria inteiramente apolítica.

Foi o início de um calvário naquele ambiente contaminado pela ditadura. "Era uma atmosfera de intrigas, boatos, mentiras e falsidades. Indi-

víduos bajulavam abertamente e abjetamente os governantes", disse Coimbra.

Esse período, segundo ele, foi o mais desagradável. "A combinação de denúncias, falsas calúnias, intrigas e atos de vingança, entre outros, tornava o ambiente insuportável."

Mesmo assim ele conseguiu a proeza de anular um contrato lesivo à Petrobrás, para a montagem de um grande número de tanques de armazenamento de óleo cru e de derivados. "Anulei a concorrência e fui acusado de estar sabotando a revolução [golpe militar], atrasando a obra de ampliação da Reduc".

Conseguiu uma enorme redução no preço, embora o preço unitário ainda fosse um pouco acima do preço praticado na Refap. "Mesmo assim o resultado foi uma enorme economia para a Petrobrás. Mas fiquei com a suspeita de sabotador da revolução."

Após uma visita do então presidente da República, Marechal Castello Branco, à Reduc, Coimbra recebeu do presidente da Petrobrás, Mal. Queiroz, saudações pelo êxito da visita. Mas o clima pesado continuava o mesmo. A intenção era desestabilizar a Superintendência.

Coimbra enviou, em 29/5/64, ao então diretor da Petrobrás, Leopoldo Miguez de Mello, um relatório sobre o excelente resultado alcançado na Reduc e denunciou o ambiente de boatos contra ele [Coimbra], prevendo sua queda iminente. No mesmo relatório fez um resumo da sua atuação na chefia da Divisão de Planejamento da Obra de Construção da Reduc e na chefia do Tedut, bem como encaminhou ao diretor Leopoldo Miguez seu pedido de exoneração da Superintendência da Reduc. "Tal documento foi a maneira de expressar meu protesto e meu repúdio aos boatos e ao ambiente de intrigas alimentados por pessoas da Petrobrás estranhas a Reduc. Meu pedido não foi aceito." Coimbra rebateu outras acusações, por documento.

Em abril de 1964, ocorreu a ocu-



pação militar, incluindo a Reduc, a Fabor e o Orbel. Ele destacou que nesse dia, quando chegou à Reduc, ficou surpreso em ver o aparato militar. "Era uma forte pressão psicológica." Assim, em 24/6/64, reforçou seu pedido de exoneração. O pedido não foi aceito.

Em 5/6/64 havia recebido um Memorando do Cel. Adolpho Rocca Dieguez, recém-empossado como diretor da Petrobrás. O documento acusava Coimbra de envolvimento no "esquema ideológico subversivo" assumido por diversos empregados da Petrobrás. Em 10/6/64, o engenheiro rebateu, em documento, todas as acusações.

Em agosto de 1964, após recusar-se a demitir "empregados inconvenientes" (coerente com a sua condição de não participar de atividades políticas), Coimbra foi exonerado por solicitação do Comandante do 1º Exército. Foi afastado das dependências da Petrobrás e teve que aguardar em casa o resultado de um inquérito sobre ele. Após concluído o inquérito, Coimbra pôde retornar ao cargo de superintendente da Reduc.

Disse que, durante todo o tempo da investigação, compareceu à Petrobras apenas quando convocado. E que o período após 23/4/64 foi o pior de sua vida profissional. Os boatos, as intrigas, a intervenção militar, as investigações, a política de baixo nível, tornaram sua vida muito difícil.

Em 20/4/65 solicitou sua licença de um ano, sem vencimento, para tratar de interesse particular, e em 3/11/66, após expirar o período de licença, pediu demissão da Petrobrás. •

Anistia sim, Impunidade não

Atila Roque*

Em 28 de agosto de 1979 o então Presidente da República, General João Baptista Figueiredo, sancionou a lei 6683, que concedeu anistia aos que cometeram “crimes políticos, ou conexos, ou tiveram seus direitos cassados”. A Lei da Anistia foi uma etapa importante na transição da ditadura para a democracia, mas também abriu espaço para a impunidade dos agentes do Estado que cometeram crimes contra a humanidade durante o regime militar. Passados 35 anos de sua promulgação, com grande atraso em relação ao restante da América Latina, o Brasil vem se defrontando com as revelações e vasta documentação levantadas pelos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e das cerca de 80 comissões da verdade em atividade no país.

O que tem vindo à tona, com grande dramaticidade, já era uma realidade para pesquisadores, ativistas de direitos humanos e familiares de vítimas da ditadura, mas pela primeira vez ganha a visibilidade merecida: agentes do Estado cometeram sistematicamente, em pleno exercício de suas funções, um elenco de crimes de lesa humanidade como a tortura, assassinatos e o desaparecimento de opositores do regime militar. Estes crimes faziam parte da es-

tratégia organizada da repressão e, diante desse contexto, é hora de revisar a lei de anistia para finalmente alcançar a justiça.

Desde o fim do regime autoritário brasileiro, houve mudanças no direito internacional que consolidaram o conceito de “crimes contra a humanidade”, evocado pela primeira vez nos tribunais de Nuremberg e de Tóquio, que julgaram atrocidades dos alemães e japoneses na Se-

gunda Guerra Mundial. Nas décadas de 1980-2010, julgamentos como os das juntas militares na Argentina, dos genocídios em Ruanda, na ex-Iugoslávia e no Camboja, e a criação do Tribunal Penal Internacional estabeleceram a norma de que crimes como tortura, estupro, assassinato e desaparecimento forçado, quando cometidos no âmbito de uma repressão política sistemática por agentes do Estado ou do poder que domine um certo território, são tão graves que não podem ser anistiados e nem prescrever.

Essas normas foram aplicadas recentemente em diversos países da América Latina que sofreram ditaduras levando a processos judiciais na Argentina, Bolívia, Chile, Guatemala, Peru e Uruguai, em alguns casos com a prisão

de ex-chefes de Estado. As leis de anistia foram revisadas ou revogadas. O Brasil é uma exceção: uma ilha de impunidade na qual ninguém foi punido por violações de direitos humanos no período autoritário, apesar da adesão do país aos acordos internacionais para punir crimes contra a humanidade.

Com frequência os defensores da im-

Não existe a possibilidade de perdão sem justiça. Para isso precisamos julgar os responsáveis por crimes contra a humanidade.

punidade usam os argumentos de que a lei de anistia teria sido um “pacto” e que seria necessário perdoar as atrocidades cometidas pelos “dois lados”. São justificativas frágeis. O movimento por uma “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” foi uma campanha histórica da sociedade civil que lutava para reorganizar-se em plena vigência do AI-5 e outras legislações de exceção, mas não se tratou de uma negociação que envolvesse plenamente e sem restrições todos os setores da oposição, especialmente os mais atingidos pela ditadura. Também é indevida a tese dos “dois lados”, como se tivéssemos vivido no Brasil algo parecido com uma guerra civil ou insurreição armada contra o regime. O episódio da guerrilha do Araguaia nem de longe se equivale a tal

cenário e foi brutalmente dizimado pelo regime militar.

O golpe civil-militar de 1964 abriu caminho para a implantação de um Estado de exceção que violou sistematicamente os direitos da população – inclusive daquelas pessoas que o apoiavam, e que também tiveram restritos seus direitos ao voto, seu acesso à imprensa e às artes livres, entre outros –, e que fez uso da violência institucional extrema na repressão daqueles que a ele se opuseram, a maioria de maneira absolutamente pacífica, como foi o caso de Rubens Paiva e Vladimir Herzog.

Se queremos seguir adiante e deixar para trás, definitivamente, a herança da ditadura precisamos olhar de frente esse passado em que agentes do Estado cometeram crimes contra a humanidade e revisar a Lei da Anistia de 1979 para que possamos finalmente fazer justiça a todos que sofreram, morreram e sobreviveram à violência do Estado. Não existe a possibilidade de perdão sem justiça. Para isso precisamos julgar os responsáveis por crimes contra a humanidade. •

* Historiador, é diretor executivo da Anistia Internacional Brasil. Publicado no Correio Braziliense - 27/8/2014.

Economia

Maria Lucia Fattorelli apresenta algumas bases para a reforma tributária

Em seu artigo “A necessária reforma do modelo tributário brasileiro”, publicado no Jornal dos Economistas, a auditora-fiscal aposentada e coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, propõe várias alternativas para uma reforma tributária.

Destacou que tal reforma é um desejo geral, mas que, no momento de implementada, surgem os problemas de conflitos de interesses entre entes federados e os diversos grupos econômicos e sociais.

Entre os diversos aspectos levantados, a auditora-fiscal destacou que o Brasil tem uma das cargas tributárias mais elevadas e desiguais do mundo. “Em relação ao PIB, temos uma carga de cerca de 35%; porém, essa carga recai de forma desigual sobre os diversos grupos econômicos [...]”. Veja o gráfico ao lado.

Ela sublinhou que os tributos recaem mais sobre a classe trabalhadora e sobre o consumo, sendo os que mais contribuem para o bolo arrecadado.

Apresentou ainda algumas bases para uma necessária reforma do atual modelo tributário, “que está extremamente injusto e regressivo”:

- A carga tributária é concentrada em tributos incidentes sobre o consumo e a renda do trabalho, enquanto as grandes rendas e riquezas são aliviadas;
- No caso das Pessoas Físicas, cabe ressaltar a ausência de progressividade; a defasagem na atualização da tabela do IRPF, que faz com que haja um verdadeiro confisco da renda dos trabalhadores; a impossibilidade de deduções relativas a pagamentos de outros tributos, medicamentos, moradia etc;
- No caso das Pessoas Jurídicas, temos alguns aspectos esdrúxulos que

precisam ser corrigidos, especialmente a atual possibilidade de dedução de “Juros sobre o Capital Próprio”, que corresponde a uma despesa fictícia e representa inaceitável privilégio;

- Algumas isenções precisam ser revistas, tais como:
 - Isenção de Imposto de Renda sobre a distribuição de lucros e remessas ao exterior;
 - Isenção de Imposto de Renda sobre os ganhos dos estrangeiros com títulos da dívida interna e isenção de IOF para rentistas estrangeiros;
 - Isenção de ICMS e outros tributos para os exportadores (danos aos estados com a Lei Kandir), além de incentivos fiscais;
 - Desoneração do INSS;
 - Outros privilégios dos ricos precisam ser revistos, tais como:
 - Não regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas;



- Não incidência do IPVA sobre helicópteros, jatinhos, lanchas e iates;
- Tributação reduzida sobre heranças e doações;
- Reduzida tributação do ITR, beneficiando a acumulação de terras e latifúndios;
- Incentivos fiscais equivocados: obras da Copa e obras no exterior;
- Benesses tributárias e anistias a multinacionais, seguradoras e bancos (Medidas Provisórias 615 e 627). •



Causa própria

O jornalista e escritor Zuenir Ventura, em seu artigo "Papo em causa própria" (O Globo, 18/10/14), manifestou preocupação com os candidatos à presidência da República por não terem debatido a questão dos idosos no país. "Além do mais, pra a cultura do consumo, a velhice não tem o glamour da juventude, embora o Brasil seja cada vez mais um país de cabelos brancos – 26 milhões de pessoas, e que serão triplicadas em 2050. "Ou seja, temos futuro", sublinhou Zuenir, que divulgou a realização de um fórum sobre longevidade, realizado em São Paulo. Presente ao encontro, ele recomendou a leitura (para jovens e futuros idosos) do livro "A bela velhice", de Mirian Goldenberg.



Para além da mamografia

O exame de mamografia rotineiro deve ser feito com moderação em mulheres com menos de 50 anos. A orientação é de especialistas que discutiram em 16/10, no Senado, a prevenção do câncer de mama e a qualidade da informação sobre o tema. O Ministério da Saúde recomenda a mamografia para mulheres dentro da faixa etária de 50 a 69 anos. De acordo com a médica Carolina Fuschino, da Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM), o ideal é direcionar o exame para a faixa prioritária, na qual há maior impacto na diminuição da mortalidade.

A preguiça dos americanos

Em artigo, publicado no web sítio da Aepet, em 30/9, o jornalista José Augusto Ribeiro, destacou uma "pérola" nos EUA. "A economia dos Estados Unidos não se recupera tão bem como se diz, o problema do desemprego permanece sério e uma das mais altas autoridades do governo norte-americano, o Presidente da Câmara dos Representantes, John Boehner, anunciou ter descoberto o maior obstáculo à queda do desemprego no país: a preguiça dos americanos." É incrível tal fato, que nos faz lembrar o ex-presidente FHC que chamou os nossos aposentados de vagabundos. Coisas do mundo neoliberal...

Fontes: O Globo, Jornal do Senado, Agência Brasil.
Foto: Prefeitura do Rio.

ACT define reajuste salarial aos anistiados e pensionistas

O reajuste salarial dos petroleiros (anistiados políticos e pensionistas) ficou definido em 6,51% (tabela de salário básico), 9,71% (Remuneração Mínima por Nível e Regime - RMNR) bem como reajuste no auxílio-almoço. O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) foi assinado pela Petrobrás e os Sindicatos dos Petroleiros do

Rio de Janeiro; Pará, Amazonas, Maranhão e Amapá; Alagoas e Sergipe; Litoral Paulista; e São José dos Campos.

Agora o ACT será homologado no Ministério do Trabalho, cabendo à Petrobrás enviar a relação para o Ministério do Planejamento, para que este inclua o reajuste na folha de pagamento dos anisti-



ados e pensionistas. Este processo deve levar em torno de três meses.

O ACT tem vigência a partir de 1º de setembro de 2014 até 31 de agosto de 2015. •

Inaugurado busto do deputado Rubens Paiva

A TV Petroleira noticiou a inauguração do busto do ex-deputado federal Rubens Paiva, barbaramente assassinado pela ditadura militar. Segundo o advogado Modesto da Silveira, presente ao ato de inauguração, o "crime" do Paiva foi ter visitado um amigo no

Chile, no período ditatorial de Pinochet, em 1973, e trazer para o Brasil uma carta de um exilado brasileiro para ser entregue a um parente deste último. Por isso, entre outros motivos, a ditadura prendeu Paiva. O busto fica em frente ao Batalhão da Polícia do Exército, na Barão de Mesquita, Tijuca, onde foi torturado e morto.



Agência Brasil



Dicas de saúde

Mulheres ciumentas têm mais risco de apresentar Alzheimer, diz estudo da revista científica "Neurology"

Uma nova moléstia encontrada em bactéria marinha pode ter um papel significativo no tratamento do câncer de pele.

A descoberta dos benefícios da molécula seriniquinona teve participação de duas cientistas brasileiras.

Estudos mostram que pessoas que participam de serviços humanitários têm melhor saúde e vivem mais.

Quando ajudamos as pessoas com bons atos, o cérebro libera uma quantidade de endorfina (bem-estar) e melhora a sensação de prazer.

Alimentos ricos em vitamina A: leite integral, ovo, batata doce cozida, abóbora cozida, cenoura crua, manga, espinafre e couve.

| Fonte: Extra.



Conexão:

<http://www.conape.org.br/index.php/2012-04-18-12-57-11/2012-05-03-14-32-28/noticias-em-destaques/382-ministerio-do-planejamento-convoca-recadastramento>



21 2262-2945
0800 095 9249



Urgências
21 8868-0959
21 2595-0385





Parabéns aos aniversariantes do bimestre !

Prezados(as) Associados(as) aniversariantes, a Conape deseja muita saúde, paz e alegria, extensivo aos seus familiares.

Setembro

02/09 - Carlos Eduardo Alexandrino de Lima	18/09 - Ildo Soares de Lima
04/09 - Jandival Lira Gabriel	18/09 - Ubirajara Cabral Ponce de Leão
06/09 - Amaury Paiva Sabino	19/09 - Benedito Péricles de Moraes
07/09 - Benedito Juliano Alves Cordeiro	19/09 - Oscar Dias Lacerda
07/09 - Maria Hermínia Wyllie Saldanha V. oliveira	20/09 - Gladys Cardoso da Silva
08/09 - Carlos Alberto Marques da Silva	21/09 - Almerinda Ferreira da Silva
08/09 - Maria de Lourdes Julio de Sá	21/09 - Saly da Silva Wellausen
08/09 - Nazaire Cordovil Barbosa	22/09 - Maria dos Anjos de Assis Monteiro
10/09 - Iracema Benigno Feio	23/09 - Alberto Torrentes Vieira
11/09 - Ieda Terezinha Del Rei Lima	24/09 - Almir Machado de Souza
13/09 - Antonio Joaquim da Costa	25/09 - Joaquim da Silva Rodrigues
13/09 - Maria das dores Betini	26/09 - Tereza Antonio da Silva Lima
14/09 - João de Toledo Piza	27/09 - Manoel Nunes da Silva
14/09 - Jurema Mamede de Oliveira	27/09 - Zuleide de Mello Bentes
17/09 - Joseilson D'Albuquerque Silveira	28/09 - Sady Antonio Fachinello
17/09 - Daisy Carrasco Tonini	30/09 - Raimundo Andrade Simões
18/09 - Eduardo Ferreira dos Santos	30/09 - Gisela Suckow Lima de Oliveira

Outubro

01/10 - Elvira de Souza Ribeiro	18/10 - Antônio Carlos de Souza
01/10 - Joaquim Vieira Dias	18/10 - Maria Margarida Holanda
02/10 - Tereza Ramos do Nascimento	18/10 - Marise Helena de Carvalho Padilha
04/10 - Francisco Rinaldo Moreira	19/10 - Fernando Goulart Junior
04/10 - Maria Augusta Fernandes Silva	20/10 - Rivaldo Gonçalves Otero
04/10 - Olivia Almeida Pereira	24/10 - Maria Jose da Silva Rodriguez
05/10 - Salette Duarte David da Conceição	26/10 - José Pericles Couto Alves
05/10 - Helio Erveton Avelar	27/10 - Carlos Amaral Freire
06/10 - Newtom Correa de Araújo	28/10 - Nancy Gomes da Conceição e Silva
09/10 - Manoel de Oliveira Pinto	28/10 - Sergio Luiz Conforto
11/10 - Francisco Ariosto Holanda	28/10 - Benedita Lima do Carmo
11/10 - Heronides Pereira de Araújo	29/10 - Maria Socorro Marques de Aguiar
15/10 - Ayrio Semeraro	30/10 - Lucia Coelho de Queiroz

Ministério do Planejamento convoca recadastramento

Os anistiados e pensionistas estão convocados, pelo Ministério do Planejamento, a fazer o recadastramento obrigatório; é fácil e rápido. Deve ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal ou Banco de Brasília, no mês de aniversário do(a) associado(a). Leve um documento oficial de identidade com foto e CPF. A Conape está a disposição para mais esclarecimentos.

AMS (Assistência Multidisciplinar de Saúde)

Acesse o "Orientador AMS: livro de credenciados - médico e odontológico": <http://busca-ams.petrobras.com.br/busca-ams/start.do> ou pelo telefone 0800 2872267. Caso não consiga pela internet, a Conape está a disposição para dar mais informações.

Contribua no débito automático

Ganhe mais tempo para fazer o que gosta. Curta a vida. Use o débito automático de seu banco para contribuir com a Conape. É seguro, prático, rápido e confortável. Ligue para a Conape e saiba mais sobre como fazer.



Aos associados residentes em Duque de Caxias

A Conape informa, aos seus associados residentes em Duque de Caxias, que as funerárias sediadas no referido município não permitem que a empresa Santa Casa Card, com a qual a Conape mantém convênio, tratem dos funerais em Caxias.

Em um eventual óbito, pedimos que entrem em contato com o plantão da Santa Casa Card, pelo telefone 0800-2828182, para que recebam orientações quanto às providências a serem tomadas.

Caso tenham alguma dúvida, liguem para a Conape.

? Seus dados estão atualizados na Conape?

Você, associado(a), já parou para pensar se seus dados estão atualizados na Conape? Avalie, pois só você e seus familiares poderão informar à sua entidade as alterações ocorridas recentemente (como mudança de endereço, de telefones, entre outros). É muito importante mantê-los atualizados. Assim a Conape poderá estabelecer contatos efetivos, inclusive em casos de urgência.

Plano Funeral e Pecúlio Familiar: aos que optaram pelo plano funeral e pecúlio, é recomendável que verifiquem se suas informações estão atualizadas. Liguem para a Conape, certifiquem-se e evitem prejuízos aos beneficiários.

Pense nisso

"Fabricador de instrumentos de trabalho, de habitações, de culturas e sociedades, o homem é também agente transformador da história. Mas qual será o lugar do homem na história e o da história na vida do homem?"
(Marc Bloch, historiador)



Divirta-se



Jogo dos erros

O recadastramento é simples e rápido!

Você deve realizar o seu recadastramento anualmente em qualquer agência do Banco do Brasil, da Caixa ou Banco de Brasília – BRB.

Se você recebe seu pagamento por outra instituição, procure uma das agências desses três bancos. Mas se você já recebe em um deles, é ainda mais fácil: basta realizar seu recadastramento em qualquer agência do seu banco. Você deve levar um documento oficial de identificação com foto e CPF. Ao provar que é você quem recebe o benefício, todo mundo sai ganhando.

O objetivo do Governo Federal é garantir o correto pagamento do benefício. •

← Descubra as SETE diferenças entre os dois desenhos (ao lado).

Solução



Créditos: Revista Coquetel Especial (sobre o Recadastramento) para o Ministério do Planejamento e Secretaria de Gestão Pública.

Mais informações:

www.conape.org.br

www.recadastramento.gov.br

Alô SEGEP – Central de Atendimento SIPEC: 0800-9782328

Faixa Livre

Agora na
Rádio Livre

1440 kHz (AM-Rio)
Das 9h às 10h27

A Conape recomenda a
todos ouvir.



Expediente

Associação Nacional dos Anistiados da Petrobrás | Desde 1979, em defesa dos petroleiros anistiados

Presidente: Abelardo Rosa Santos | **Vice-Presidente:** Antonio Carlos Klaes Fontes

Diretores: Carlos Olimpio de Almeida Alves | Eylan Soares Pinto | Idinéa Nicacio da Silva | Ina Soares Lutterbach | Jair Brega Marcatti | Márcia da Silva Guimarães | Marly Gomes de Andrade | Wilson Souza de Carvalho

Suplentes: José dos Santos Cordeiro | Xerxes Affonso Campos

Conselho-Fiscal: Aquiles Ferrari | Francisco Silva Canavaro | Newton de Almeida Menezes

Suplentes: Francisco Soriano de Souza Nunes | Alexandrina Beatriz Távora Gil

Redação, edição e diagramação: José Carlos Moutinho (jornalista | Mtb 24460 RJ)

Remetente: Conape - Associação Nacional dos Anistiados da Petrobrás

Avenida 13 de maio, 13 - sala 1512 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Cep: 20.031-007

Telefone: 21 2262-2945 | 0800 095 9249 | Fax: 21 2533-6071 | Correio eletrônico: conape@conape.org.br | www.conape.org.br

As opiniões emitidas nos artigos são de inteira responsabilidade de seus autores, não significando ser o pensamento da Conape e seus dirigentes.